



Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial - SC

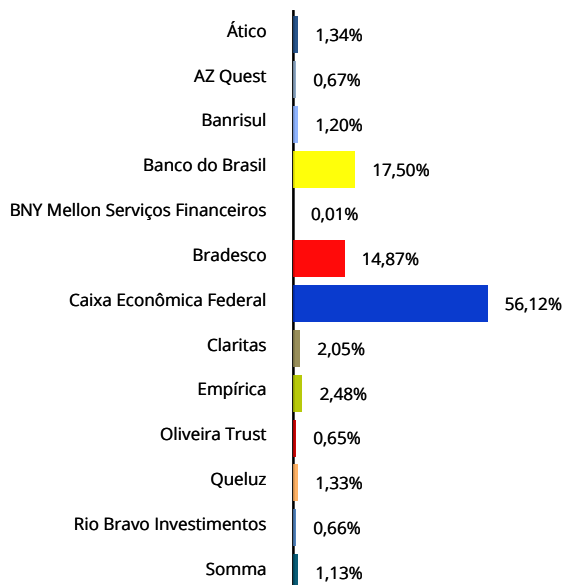
Relatório da Carteira de Investimentos

NOVEMBRO

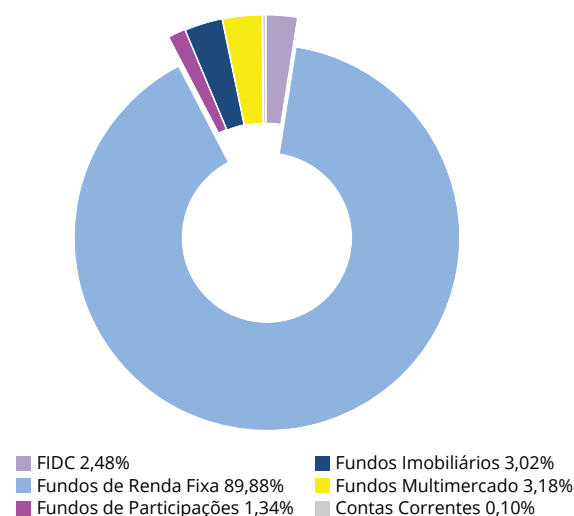
Os recursos do INDAPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



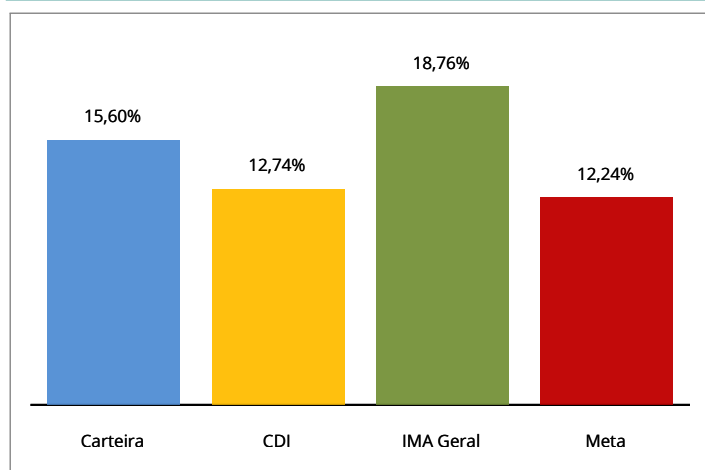
Distribuição da Carteira por Segmento



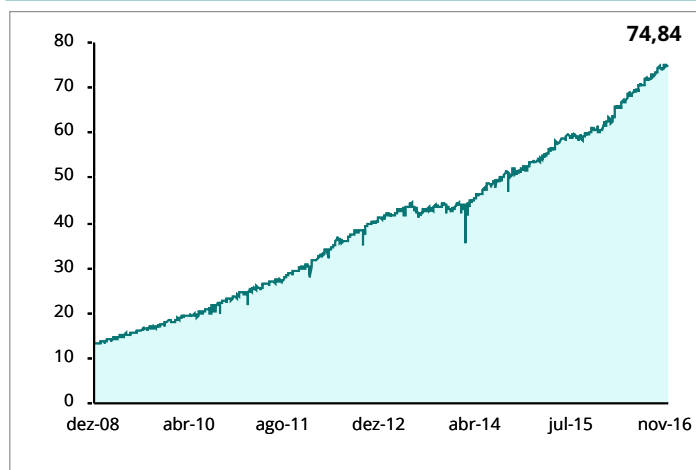
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
INDAPREV	0,22%	15,60%	16,82%
CDI	1,04%	12,74%	14,10%
IMA Geral	-0,00%	18,76%	19,90%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	0,56%	12,24%	13,88%

Carteira x Indicadores em 2016



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do INDAPREV tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.



Análise Macroeconômica

Em novembro, os americanos nos surpreenderam elegendo inesperadamente Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. Além das promessas de fortes mudanças sobre a política de imigração e de comércio internacional, Trump anunciou ao longo de sua campanha que elevaria os gastos do governo com infraestrutura e reduziria os impostos cobrados sobre as famílias e as empresas, o que configuraria uma política fiscal fortemente expansionista. Desta maneira, ele acredita que poderia fazer a atividade econômica se acelerar nos Estados Unidos. A grande questão das propostas de Trump é sua capacidade de tornar suas ideias realizáveis. Como nos Estados Unidos há um teto para a dívida pública, para que Trump possa executar seus planos, precisará aprovar no Congresso um aumento deste teto. O congresso hoje conta com ligeira maioria dos Republicanos (partido de Trump), que costumam ser contrários à elevação da dívida pública. Os Democratas, por sua vez, tendem a fazer oposição e tentar barrar as medidas do governo. Assim, o expansionismo fiscal dependerá em grande medida do que o Congresso americano aceitará. Se entrarem em vigor, tais ações tendem a elevar o crescimento da economia americana para além de seu potencial, o que irá causar aumento da inflação, obrigando o Fed a executar uma política monetária muito mais contracionista do que faria em condições normais. Esse cenário é desafiador para a economia brasileira, pois teremos de lidar com uma redução da liquidez global, o que pressionará nossa economia. Agora em dezembro mais um passo deve ser dado por parte do FOMC, que deve elevar a taxa de juro básica para o intervalo de 0,50% a 0,75% ao ano.

Europa e Ásia permaneceram sem trazer grandes surpresas em novembro. O PIB japonês cresceu acima do esperado, enquanto os dados de atividade da China se desaceleraram. Enquanto o PIB da Zona do Euro ficou em linha com o esperado, os indicadores antecedentes daquela região sugerem ligeira melhora à frente.

O Brasil ficou à espera do andamento das mudanças da política econômica no último mês. Na parte fiscal, o destaque ficou por conta do resultado da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos no Senado, que aprovou o projeto em primeiro turno na noite do último dia do mês, sendo que ainda há a pendência de sua aprovação em segundo turno. A primeira votação mostrou uma grande vantagem pró-governo, com 60 votos a favor e apenas 14 contra (seriam necessários 49 votos favoráveis). O segundo turno deve ocorrer no dia 13 de dezembro e é altamente provável que a PEC do teto de gastos termine por ser aprovada. Na política monetária, porém, o cenário não foi tão tranquilo. A vitória de Donald Trump apreciou o dólar frente às demais moedas, entre elas, o real, o que levou o Banco Central (BC) a voltar a atuar sobre o câmbio.

No último dia do mês, o Copom decidiu reduzir a Selic novamente em 0,25 p.p, colocando a taxa em 13,75% ao ano, em linha com o que praticamente todo o mercado passou a esperar depois da vitória de Trump. O comunicado do Copom mostrou seus membros enxergando que o cenário positivo no exterior está se aproximando de seu fim, em função do ciclo de aumento de juros que ocorrerá nos Estados Unidos. O comunicado também avaliou que há sinais de pausa na desinflação de serviços e incerteza na aprovação do ajuste fiscal. Em contrapartida, evidenciou que o BC vê riscos de um crescimento menor no próximo ano, o que seria benigno para a inflação, além de perceber que nos últimos meses a inflação ficou mais baixa do que o antecipado. Com relação ao ajuste fiscal, o BC ponderou que este processo poderia tanto ocorrer mais rápido do que o antecipado, quanto mais devagar. Este conjunto de avaliações nos faz acreditar que o BC deve intensificar o ritmo de corte da Selic na próxima reunião, reduzindo-a em 0,50 p.p. em janeiro, para 13,25%. Como ainda temos perspectivas de intensa desinflação ao longo de 2017, o Copom deve cortar a Selic até que a taxa fique entre 10% e 11%, ajudando a retomada do crescimento do próximo ano.

Se a mudança de governo trouxe perspectivas mais positivas para a economia brasileira, não há evidências de que tenha trazido melhora do ponto de vista ético ou do combate à corrupção. Em novembro, praticamente todos os partidos (do PT ao DEM, passando por PC do B, PP, PR, PMDB e PSDB) se juntaram com o objetivo de aprovar medidas que têm potencial de acabar com a Operação Lava Jato e evitar que operações semelhantes sejam realizadas futuramente no país. Desta vez, eles não conseguiram. Deveriam se concentrar em projetos mais nobres e urgentes, como é o caso da Reforma da Previdência, indispensável para o ajuste das contas do país.

Renda Fixa

Em novembro, como foi dito, fomos surpreendidos com a vitória de Trump. A convicção de política fiscal expansionista de Trump fez o mercado acreditar em um ciclo mais acelerado de aumento das taxas de juros americanas, o que aumentou a aversão a risco dos investidores globais. Outro fator de estresse em relação ao governo Trump se refere, por exemplo, a como ele vai conduzir os acordos comerciais com os demais países, principalmente com os emergentes. Ainda existe muita dúvida se ele vai conseguir apoio do Congresso para aprovar as propostas feitas em sua campanha eleitoral ou se elas serão apenas promessas de campanha.



O último mês foi marcado pela mudança de nível ao longo da curva de juros por conta dos resultados políticos que surpreenderam o mundo. Ainda assim, após o choque inicial, os preços dos ativos locais acomodaram-se, visto que o mercado passou a acreditar que as medidas com potencial mais negativo para os ativos de risco não devam ser implementadas com facilidade pelo novo governo dos Estados Unidos. O fim do mês foi guiado pela expectativa em relação à decisão do Copom e às possíveis mudanças no cenário político que poderiam influenciar nas medidas fiscais propostas pelo governo.

A vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, com certeza, foi o motivo de maior estresse no mês, provocando forte depreciação do real frente à moeda americana. No dia 10 de novembro, dia seguinte do resultado das eleições, o dólar subiu 5,2%. A partir daí, a moeda adotou outro patamar, ficando em torno de R\$ 3,40 até o final do mês, quando fechou em R\$ 3,3967.

Renda Variável

No mês de novembro houve aumento significativo de aversão ao risco global e de volatilidade. Começando pelo contexto local, o Ibovespa teve queda de 4,65% devido à amplificação da crise política com mais duas baixas ministeriais no governo de Michel Temer – que precisou mais uma vez se explicar para conter os ânimos da oposição, dos investidores e da opinião pública. O mercado teme o fim da estabilidade alcançada recentemente, gerando novo clima de incertezas e um ambiente desfavorável para a aprovação das medidas de equilíbrio fiscal (PEC do teto de gastos e Reforma da Previdência).

Já no âmbito internacional, tivemos o fato que promoveu grandes e duradouras mudanças do ponto de vista da alocação de ativos pelo mundo: a inesperada eleição do republicano Donald Trump. Pelo que sabemos, tudo indica que seu governo será pautado no investimento em infraestrutura, reduzindo a regulamentação do mercado financeiro, diminuindo impostos e revendo acordos comerciais e de imigração.

Em uma análise atualizada, espera-se um Donald Trump menos radical do que o da campanha eleitoral. Mas o mercado, sem pagar pra ver, ajustou-se a uma nova realidade com um súbito aumento na volatilidade mundial, elevação dos yields dos títulos, apreciação do dólar em relação a maioria das moedas (principalmente em relação ao peso mexicano) e queda das principais bolsas de valores (excluindo as norte-americanas). Do ponto de vista prático, entendemos que a economia americana acelerará no curto prazo por conta do contexto econômico citado anteriormente. Mas alguns possíveis efeitos negativos podem vir à tona, como inflação e desequilíbrio fiscal, exigindo do Fed mais “agressividade” em suas ações e deixando o cenário bem mais desafiador para os emergentes.